



Congresso aprova Orçamento para 2018 com deficit menor

Proposta estabelece salário mínimo de R\$ 965, crescimento de 2,5% da economia e deficit de R\$ 157 bi, em vez dos R\$ 159 bi previstos antes

Em clima tranquilo, o Congresso aprovou ontem o Orçamento da União para o ano que vem. A proposta, que havia passado de manhã na Comissão Mista de Orçamento, é a primeira aprovada após entrar em vigor o limite para gastos públicos.

O texto reduz a previsão de deficit em R\$ 2 bilhões, contando com o aumento da receita, que virá se forem aprovadas mudanças como ampliação da alíquota previdenciária dos servidores e aumento do Imposto de Renda sobre fundos de investimento fechados.

O Congresso também votou vetos e créditos para órgãos federais. **5**



Jonas Pereira/Agência Senado

Eunício Oliveira conduz a sessão conjunta em que senadores e deputados aprovaram sem dificuldade a proposta orçamentária para 2018, além de vetos e créditos



Jefferson Ruy/Agência Senado

Pimentel, relator, defende no Plenário o refinanciamento, com apoio de Marta

Vai a sanção Refis para as micros e pequenas empresas do Simples

O programa que garante o refinanciamento de dívidas tributárias às micros e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional foi aprovado

ontem pelo Senado e segue para sanção presidencial. O projeto de lei complementar parcela débito em até 175 meses e reduz juros e encargos. **3**

Securitização de dívidas estaduais e municipais vai para a Câmara

O Senado aprovou ontem um projeto que autoriza União, estados e municípios a ceder direitos creditórios ao setor privado — a chamada securitização de dívidas. O autor da proposta, José Serra, argumenta que a antecipação de receitas trará alívio às finanças estaduais. O texto vai à Câmara dos Deputados. **3**

Estados que exportam terão repasse de R\$ 1,91 bilhão

Foi aprovada ontem a liberação de R\$ 1,91 bilhão para fomentar exportações de estados e municípios. O texto, que vai à sanção, complementa a compensação prevista na Lei Kandir pela isenção de ICMS para produtos exportados. Os recursos serão usados, primeiro, para abater dívidas com a União. **3**

Relatório propõe revogação do Estatuto do Desarmamento

O relatório de análise da Política Nacional de Segurança Pública aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça sugere a revogação do Estatuto do Desarmamento, a militarização das fronteiras e a decretação de estado de defesa no estado do Rio de Janeiro. O documento foi elaborado por Wilder Moraes. Para o senador, desarmar a população civil não resultou na redução das mortes nem da violência. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Texto de Wilder sobre segurança pede estado de defesa no Rio

CPI dos Maus-Tratos faz cartilhas sobre bullying e suicídio **2**



Pedro Franco/Agência Senado

Barros apresenta ações da pasta para tratamento de doenças raras

Laboratórios provocam falta de remédios, acusa ministro

Os laboratórios farmacêuticos provocam desabastecimento de remédios para vender mais caro, apontou ontem o ministro da Saúde, Ricardo Barros, em audiência sobre o assunto na Comissão de Assuntos Sociais. Segundo ele, o Ministério da Saúde tem negociado com os laboratórios de forma dura, buscando diminuir o preço na aquisição de medicamentos para doenças raras, cujas margens de lucro são exorbitantes. **6**

Fatura de cartão deve destacar juros, prevê projeto **8**

Relator de CPI retira pedido para indiciar Janot **4**

Avança melhoria no Minha Casa, Minha Vida **7**

Proposta busca limitar ligações de telemarketing **8**

Aprovada validação de atos de criação do Tocantins **3**

Encartado nesta edição, boletim sobre o novo portal do Congresso



Reprodução

CPI publica cartilhas para prevenir bullying e suicídio

Comissão que investiga maus-tratos a crianças e adolescentes lançou material para orientar professores, pais e profissionais. Colegiado, cuja atuação poderá ser prorrogada, também apresentou projetos de lei

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes lançou ontem três cartilhas de prevenção ao suicídio, à automutilação e ao bullying e cyberbullying. O objetivo do material é orientar pais, responsáveis, professores e profissionais atuantes na defesa de jovens e crianças. As cartilhas serão distribuídas nacionalmente e estarão disponíveis via internet para a reprodução independente.

De acordo com o presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), o material foi pensado para ser claro e acessível e, por isso, tem formato de perguntas e respostas. O senador destacou ainda que a cartilha *Vamos conversar sobre prevenção do suicídio?* aborda uma questão cada vez mais preocupante.

— O suicídio é a terceira maior causa de mortes entre crianças e adolescentes no país — disse.

O relator da comissão, José Medeiros (Pode-MT), disse que, apesar do intenso debate sobre o tema, a noção do impacto dos maus-tratos nas crianças e adolescentes é pouco conhecida. Ele classificou as cartilhas como um dos avanços proporcionados pela CPI.

As cartilhas foram elaboradas por profissionais de psicologia e psiquiatria, com o auxílio da equipe técnica do Senado. Para uma das autoras, a psiquiatra Fernanda Benquerer, da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio,



Malta lança as cartilhas em reunião com Eduardo Lopes e José Medeiros

o material pode ajudar a educar a população.

O psicólogo Carlos Henrique de Aragão, um dos elaboradores do material, destacou que é comum que os jovens que se automutilam caminhem para um comportamento suicida.

— A proposta [da cartilha] é tentar prevenir antes que se chegue a esse ponto.

Projetos

Malta também apresentou três projetos de lei resultantes dos trabalhos da CPI. O primeiro altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prevê a classificação indicativa por faixa etária para exposições, a cargo do Ministério da Justiça. O senador reforçou que “a intenção é proteger crianças, e não criminalizar a arte”.

Outra proposta estabelece normas de segurança e de medicina do trabalho para profissionais que atuam em escolas. Malta nomeou o projeto em homenagem à professora Helley Abreu Batista — a quem

chamou de “heroína” —, que morreu salvando crianças vítimas de incêndio criminoso em uma creche em Janaúba (MG).

A terceira proposta torna obrigatória a notificação ao Conselho Tutelar sobre casos de suspeita de automutilação de crianças e adolescentes.

Em resposta a críticas sobre a atuação da CPI, Malta defendeu o trabalho, dizendo que foi conduzido de forma “legal, honesta e decente”. Segundo ele, parlamentares pediram o fim da CPI por considerarem haver temas mais importantes.

Desde agosto, a comissão fez reuniões e audiências públicas para ouvir autoridades e especialistas ligados à proteção de crianças e adolescentes. O objetivo do colegiado é criar uma legislação atualizada que defenda crianças e adolescentes de todos os tipos de abuso que ainda não estão incluídos na legislação. O prazo de atuação da CPI termina no dia 22, mas, segundo Malta, o trabalho deverá ser prorrogado.

Projeto permite a cidadão controlar gasto público

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem o PLS 325/2017, que institui um mecanismo de gestão compartilhada para acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços e das compras de materiais e equipamentos

pelo poder público.

O texto, apresentado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), irá para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

O objetivo da proposta é permitir que cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet

façam o controle do poder público. A possibilidade de acompanhamento deverá ser aberta pelos órgãos da administração direta e indireta de todos os Poderes da União, dos estados e dos municípios.

O projeto é relatado pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que apresentou voto favorável com emendas.



Assessoria de Imprensa do senador Fernando Collor

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), recebeu ontem em seu gabinete o presidente da Macedônia, Gorge Ivanov. No encontro, Ivanov informou que inaugurará a embaixada de seu país em Brasília — a primeira representação da Macedônia na América Latina. A visita ao Brasil busca estreitar as relações da Macedônia com a América do Sul. O embaixador da Macedônia no Brasil, Ivica Bocevski, participou do encontro.

Comissão fará 12 audiências sobre reforma do Código Comercial

A Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial apresentou ontem o seu plano de trabalho e decidiu que, entre os pontos que devem estar presentes na modernização da lei, estão o aumento da segurança jurídica nas relações empresariais, a atualização da Lei de Falências (Lei 11.101/2005) e a inclusão de normas sobre o comércio eletrônico.

Pedro Chaves (PSC-MS), relator do projeto, lembrou que o Código Civil, de 2002, que substituiu o Código Comercial em vários casos, não legisla sobre o comércio virtual:

— O Código Civil já nasceu desatualizado. Por isso, o Código Comercial vem corrigir esse problema, que é muito importante para a socieda-

de brasileira, pela própria diversificação dos negócios internacionais e nacionais.

A comissão fará audiências públicas e reuniões de trabalho com especialistas, entidades profissionais e órgãos do Poder Executivo ligados ao tema. Segundo o plano apresentado por Chaves, haverá 12 audiências. Para o presidente da comissão, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), a participação da população no debate do Código Comercial terá grande importância:

— Vamos abrir o debate para todos que têm interesse em legar ao país um novo Código Comercial que possa ser instrumento da elevação da produtividade da economia.

O relatório final deve ser votado em junho.



Pedro Chaves e Fernando Bezerra na apresentação do plano de trabalho

Presidente do Senado recebe condecoração da Marinha

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem a Medalha Mérito Tamandaré, concedida a autoridades e instituições que prestaram relevantes serviços à Marinha.

Também foram homenageados outros senadores: Dário Berger (PMDB-SC), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Lasier Martins (PSD-RS) e

Romário (Pode-RJ).

A solenidade fez parte das comemorações do Dia do Marinheiro (13 de dezembro), no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

A honraria foi criada em 1957, em homenagem ao Marquês de Tamandaré, que é o Patrono da Marinha.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Regularização fundiária no DF

9h Pauta de 26 itens. Às 14h, audiência sobre regularização fundiária no Distrito Federal e Entorno.

CRE Acordos internacionais

9h Entre 7 itens, acordos internacionais e requerimentos.

CPI MISTA DA JBS Relatório final

9h Análise e votação do relatório final.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

10h Na pauta, o PLS 476/2017, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

CÓDIGO DE AERONÁUTICA Relatório

10h Complementação de relatório sobre a implementação do novo código.

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimento

10h30 Alexandre Christian Mathieu Sa-laun falará à comissão parlamentar de inquérito de forma reservada.

DESBUROCRATIZAÇÃO Relatório

11h Apresentação do relatório final.

MP 800/2017 Concessões rodoviárias

14h30 A comissão da medida provisória, sobre reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias, continua a analisar o relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova benefício para pequena empresa

Segundo projeto que foi aprovado ontem e vai agora para a sanção presidencial, pequenos empresários submetidos ao Simples Nacional poderão refinar suas dívidas tributárias

FOI APROVADO ONTEM pelo Plenário do Senado um projeto que permite o refinanciamento das dívidas das pequenas empresas. O texto (PLC 164/2017 — Complementar) vai agora para a sanção presidencial.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o projeto é importante, pois as pequenas empresas geram um grande número de empregos — empregam 70% dos trabalhadores privados e respondem por 27% do PIB.

— É uma forma de fazer justiça a setores mais do que fundamentais da economia. A medida oxigena e estimula o crescimento — disse Eunício.

O projeto, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), é do deputado Geraldo Resende (PSDB-MS) e foi relatado na Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE) pelo senador José Pimentel (PT-CE).

Pimentel disse que as empresas vinculadas ao Simples Nacional que enfrentam dificuldades financeiras precisam ter a chance de quitar dívidas tributárias, com redução de juros, multas e encargos, e evitar a exclusão do programa.

— É uma das matérias mais importantes que o Congresso aprovou nos últimos anos. Vai beneficiar mais de 600 mil empresas inadimplentes.

Atualmente, 70% das empresas brasileiras estão submeti-

das ao Simples Nacional.

Marta Suplicy (PMDB-SP) lembrou que são as pequenas empresas as que mais arrecadam tributos. Para Paulo Bauer (PSDB-SC), o projeto pode ajudar o país se recuperar mais rapidamente da crise.

Também apoiaram o projeto Armando Monteiro (PTB-PE), Eduardo Braga (PMDB-AM), Hélio José (PMDB-DF), Lídice da Mata (PSB-BA), Omar Aziz (PSD-AM), Raimundo Lira (PMDB-PB), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Para José Serra (PSDB-SP), o grande número de refinanciamentos tem estimulado a “cultura de não pagamento de dívidas”. Ele disse que é preciso pensar em “outros caminhos” para resolver esse problema. Apesar da crítica, disse votar a favor da proposta.

Cristovam Buarque (PPS-DF) fez ressalvas ao projeto, que considera apenas “um pequeno arranjo”. O senador lembrou que foi contrário ao texto na CAE, mas anunciou que ontem votaria a favor pelo fato de o projeto ser “um alívio”

para as pequenas empresas.

Poderão ser inseridas no programa as dívidas vencidas até o mês passado e apuradas na forma do Simples, independentemente de estarem constituídas e terem a sua exigibilidade suspensa ou de as empresas estarem inscritas na dívida ativa ou submetidas a execução fiscal. O Pert-SN exige pagamento em espécie de no mínimo 5% da dívida, sem desconto, em até cinco parcelas mensais e sucessivas. O débito remanescente poderá ser quitado de três formas: em parcela única (com redução de 90% dos juros, 70% das multas e 100% dos encargos legais), em até 145 meses (redução de 80% dos juros, 50% das multas e 100% dos encargos) ou em até 175 parcelas (redução de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos).

O Comitê Gestor do Simples Nacional regulamentará o programa de refinanciamento.



Eunício, ao lado de Maranhão (E) e Cássio, conduz sessão que aprovou Refis para micros e pequenas empresas

Securitização de dívidas de entes federados segue para a Câmara dos Deputados

Um projeto que autoriza União, estados e municípios a ceder ao setor privado direitos de créditos foi aprovado ontem pelo Senado. A prática é conhecida como securitização.

A proposta (PLS 204/2016 — Complementar) foi aprovada por 43 votos a favor, 18 contrários e 2 abstenções, e segue

para a Câmara dos Deputados.

De autoria de José Serra (PSDB-SP), o texto permite aos entes federados vender o direito sobre créditos que tenham a receber, de origem tributária ou não. Assim, antecipam a receita e evitam o risco de inadimplência. Em troca, aceitam um deságio

(desconto) sobre o valor a receber.

Pela lei atual, estados e municípios já podem ceder o direito de dívidas pendentes. Mas, segundo Serra, persiste uma insegurança jurídica.

— A securitização permitirá receita de R\$ 25 bilhões aos estados. No quadro que esta-

mos vivendo, será um alívio significativo, decisivo para as finanças estaduais — afirmou.

O PLS 204/2016 impõe condições para a securitização, como a autorização do Poder Legislativo respectivo (federal, estadual ou municipal). Também impede ações como alterar a natureza do crédito e

das condições de pagamento.

O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi Romero Jucá (PMDB-RR).

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o projeto, que, para ele, traz “risco de dilapidação do patrimônio público”, e prometeu ir à Justiça contra o texto.

Estados receberão R\$ 1,91 bilhão por desoneração de exportações

O Senado aprovou ontem projeto que libera R\$ 1,91 bilhão a estados e municípios para fomentar as exportações (PLC 163/2017). A medida, que agora segue para a sanção, complementa a distribuição de recursos prevista na Lei Kandir devido à isenção de ICMS para produtos exportados.

O dinheiro será usado para

compensar parcelas de dívidas de estados e municípios com a União já vencidas ou, por acordo, daquelas a vencer. Primeiro serão deduzidas as dívidas com a União e depois as com garantia federal. Em seguida, as com a administração indireta. Se sobrar recurso, o dinheiro será depositado em conta do beneficiário.

Avança validação dos atos para criação do Tocantins

O Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição que valida os atos administrativos do Tocantins editados para viabilizar a instalação do estado. A PEC 48/2015 segue para a análise da Câmara.

A proposta, de Vicentinho Alves (PR-TO), estabelece que, mesmo que tenham algum vício jurídico, todos os atos foram convalidados

após cinco anos — contados da data em que foram praticados — se deles resultaram efeitos favoráveis para seus beneficiários. A regra só não valerá em caso de comprovada má-fé na edição dos atos administrativos.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), acatou emenda de Plenário do autor da PEC, definindo o período de 1º de janeiro de 1988 a 31 de de-

zembro de 1994 para os atos alcançados pela proposta.

Vicentinho afirmou que o projeto faz justiça aos pioneiros do estado.

Também representante do Tocantins, a senadora Kátia Abreu (sem partido) comemorou o resultado.

— Vamos corrigir distorções e injustiças que ocorreram no passado no nosso estado.

Aprovadas normas para profissão de esteticista

O Senado aprovou ontem projeto que regulamenta a profissão de esteticista, dividida em esteticosmetólogo, com nível superior, e o técnico em estética. A regulamentação foi aprovada na forma de substitutivo ao PLC 77/2016, que, após votação em turno suplementar, retorna para análise dos deputados.

Passa a ser considerado técnico em estética o profissional habilitado em curso técnico com concentração em estética, oferecido por

uma instituição regular de ensino. Também está garantido o exercício da atividade pelos profissionais que comprovem ao menos três anos de dedicação à atividade.

Já os esteticosmetólogos deverão ser formados em curso de nível superior com concentração em estética e cosmética. A regulamentação não trata das atividades de estética privativas dos médicos, como previsto na Lei do Ato Médico (Lei 12.842/2013).

Tanto o esteticosmetólogo quanto o técnico em estéti-

ca deverão adotar postura transparente com os clientes, prestando-lhes o atendimento adequado e os informando sobre técnicas, produtos e orçamentos. Deverão ainda zelar pela segurança dos clientes e das demais pessoas envolvidas, cumprindo as normas de legislação sanitária e biossegurança.

O projeto original é da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), mas várias propostas foram apensadas a ele na Câmara à época de sua tramitação.

Agência Nacional de Águas terá novos diretores a partir de 2018

O Plenário aprovou ontem três indicações para a direção da Agência Nacional de Águas (ANA). Os aprovados tomarão posse a partir de janeiro.

Christianne Dias Ferreira é subchefe-adjunta para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República na área de infraestrutura, Marcelo Cruz é secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Oscar de Moraes Cordeiro Netto é professor de engenharia hídrica na Universidade de

Brasília (UnB) e foi diretor da ANA entre 2004 e 2008.

Renan Calheiros (PMDB-AL) informou que Christianne foi assessora do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, preso em Brasília acusado de organização criminosa, corrupção passiva e obstrução da justiça num processo que envolve Michel Temer. Para o senador, a indicação seria um “prestigiamento ao silêncio do ex-deputado”. Ele ressaltou que isso não desabona a indicada.

Desarmar civis não reduziu mortes, diz senador

Comissão aprova relatório de Wilder Morais sobre Política Nacional de Segurança Pública, com pedido de decretação de estado de defesa no Rio e revogação do desarmamento

REVOGAÇÃO DO ESTABELECIMENTO do Desarmamento, militarização das fronteiras e decretação de estado de defesa no Rio de Janeiro estão entre as sugestões apresentadas por Wilder Morais (PP-GO) em seu relatório de análise da Política Nacional de Segurança Pública. O documento foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo o Regimento Interno do Senado, anualmente, as comissões escolhem uma política governamental para avaliar e propor melhorias. A segurança pública foi o tema escolhido pela CCJ em 2017.

Para Wilder, desarmar a população civil não resultou na redução das mortes e nem da violência e, segundo ele, é preciso devolver aos cidadãos de bem o direito de defesa.

O senador informou que vai apresentar duas propostas de emenda à Constituição. Uma delas para mudar a divisão de competências entre os entes federados em relação à segurança pública. A intenção

dele é ampliar a competência legislativa dos estados e do Distrito Federal em matéria penal, processual penal, seguindo um modelo parecido com o dos Estados Unidos.

A outra emenda esclarece a competência constitucional das Forças Armadas para exercer as funções de polícia marítima e de fronteiras.

— Hoje quem deve cuidar dos 18 mil quilômetros de fronteira seca e 9 mil quilômetros de fronteira marítima é a Polícia Federal, que tem 15 mil agentes de nível superior, preparados para investigação, e não para patrulhamento.

Estado de defesa

Segundo Wilder, “a democracia e a unidade nacional estão em risco a quando criminalidade organizada supera o Estado e passa deter o monopólio da violência sobre determinado território”. Em relação ao Rio de Janeiro, o relator alega não haver mais tempo para soluções intermediárias e defende a decretação de estado



À mesa, presidente da CCJ, Edison Lobão, e senadores Roberto Rocha e Wilder Morais em reunião sobre segurança

de defesa, conforme previsto no artigo 136 da Constituição.

Magno Malta (PR-ES) concordou com a iniciativa. Para o senador, “todos os limites toleráveis já foram superados no estado”.

Wilder acrescentou que os números da violência no país dão a dimensão do problema que se tornou a segurança pública. Ele disse que o país registrou mais vítimas de as-

sassinatos nos últimos cinco anos do que a guerra da Síria no mesmo período.

Para Antonio Anastasia (PSDB-MG), não há hoje no país um só cidadão que se sinta seguro:

— Além da estatística, há a sensação de insegurança. É gravíssima a situação.

Eduardo Braga (PMDB-AM) defendeu mais recursos para segurança pública por meio do

Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional.

— Segurança pública sem recursos públicos não existe. Quem governou sabe. Fazer segurança pública sem modernização das polícias, sem inteligência, sem planejamento, sem técnicas modernas, sem ações permanentes para o combate ao crime organizado, não dá resultado — avaliou.

Marun retira pedido de indiciamento de Janot do relatório da CPI

O relator da CPI mista da JBS, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), retirou do relatório final o pedido de indiciamento do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot e do procurador Eduardo Pella.

Depois de duas tentativas, a votação foi adiada para amanhã, dia previsto para Marun assumir a Secretaria de Governo, encarregada da articulação política do Palácio do Planalto.

Em caso de rejeição do relatório de Marun, será apreciado no lugar dele voto em separado do senador Lasier Martins (PSD-RS), com críticas à comissão e acusações de que a investigação serviu apenas para criminalizar o Ministério Público, inviabilizar o instrumento das delações premiadas e prejudicar a Operação Lava Jato.

Se o relatório não for aprovado até Marun se desligar da Câmara, o presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), terá que designar outro relator, que poderá ou não aproveitar o texto. O prazo final para conclusão dos trabalhos da CPI é sexta-feira

da semana que vem.

Retirado o indiciamento, o relatório final pede ao Ministério Público que investigue Rodrigo Janot e Eduardo Pella e recomenda a quebra dos sigilos telemáticos e telefônicos dos dois procuradores.

O deputado também retirou

do texto proposta do deputado Wadil Damous (PT-RJ) sobre as delações premiadas. O texto diminui o poder do Ministério Público na negociação de penas e proíbe acordos com acusados presos.

Marun manteve o pedido de indiciamento de outras quatro pessoas: do ex-procurador Marcelo Miller, pelos crimes de participação em organização criminosa, obstrução às investigações, exploração de prestígio, corrupção passiva, advocacia administrativa e improbidade administrativa, dos empresários Joesley Batista e Wesley Batista, por corrupção ativa, uso indevido de informação privilegiada (*insider trading*) e manipulação de mercado, e do executivo Ricardo Saud, da JBS, por corrupção ativa.

O deputado Hugo Leal (PSB-RJ), um dos sub-relatores da CPI, também apresentou relatório em que aponta benefícios indevidos ao grupo J&F na Lei 11.945/2009, originada da Medida Provisória (MP) 451/2008, que dispensava a exigência de certidão negativa de débitos para a obtenção de empréstimos de bancos oficiais.

Segundo Leal, o grupo não recolhia contribuição devida ao Funrural (previdência dos trabalhadores rurais) e não poderia ter obtido créditos.

— É sabido que este Congresso Nacional negociava leis — disse Ataídes Oliveira.

O relatório de Leal foi incorporado ao texto principal, que pede a criação de uma outra CPI para investigar o caso.

Com a Agência Câmara



Deputado Carlos Marun e senador Ataídes Oliveira em reunião da CPI

Projeto limita autoridades com direito a carro oficial

Foi aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC) um projeto que limita o uso de automóveis oficiais por autoridades. Apresentado pelo deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), o texto (PLC 97/2017) restringe o uso de carros para fins de representação oficial. A proposta vai agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo projeto, terão direito a carro apenas os presidentes da República, do Senado, da Câmara e do Supremo, o

vice-presidente da República, os ministros de Estado, os comandantes das forças militares e o chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

O uso dos veículos será permitido no caso de “necessidade imperiosa de afastamento repetido” do local de trabalho, desde que em razão do cargo, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir trabalhos que exijam o máximo de aproveitamento de tempo.

Se a regra valesse hoje, não teriam direito a veículo oficial deputados, senadores, juízes e

procuradores federais e integrantes do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União.

Para o autor, a limitação ajuda a moralizar o serviço público e acabar com regalias. O relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), concordou. Para ele, autoridades devem dar o exemplo.

O texto estabelece que os carros oficiais que deixarão de ser usados sejam destinados à segurança pública, à saúde e à educação.

HÁ 30 ANOS

Votação do projeto da Constituição ganhava normas regimentais

Em 14 de dezembro de 1987, o *Jornal da Constituinte* destacava que, por 434 votos a favor, 48 contrários e 2 abstenções, o Plenário da Constituinte havia aprovado alterações no seu Regimento Interno, fixando novas normas de votação do projeto de Constituição. O novo Regimento garantiu que a maioria absoluta (mais de 280 constituintes) pudesse apresentar substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções, e emendas a todos os dispositivos da proposta.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte29>

Orçamento para 2018 prevê salário mínimo de R\$ 965

Depois de quase 2 horas de discussão, foi aprovada a primeira proposta com limite aos gastos públicos. Fundo eleitoral terá R\$ 1,7 bi, déficit público poderá chegar a R\$ 157 bi e investimentos, a R\$ 112,9 bi

SEM GRANDES EMBATES, o Congresso aprovou na noite de ontem a proposta de lei orçamentária de 2018, a primeira sob a emenda constitucional que instituiu um teto para os gastos públicos (EC 95/2016). O projeto, que vai à sanção, prevê um saldo negativo das contas públicas um pouco inferior ao previsto antes: R\$ 157 bilhões, em vez de R\$ 159 bilhões.

A redução de R\$ 2 bilhões é explicada pelo aumento da estimativa da receita primária, que alcançou R\$ 4,9 bilhões. Com o teto de gastos, não foi possível aproveitar toda a receita extra para elevar as despesas. Assim, a receita subiu e a despesa sujeita ao teto se manteve quase igual, reduzindo o déficit primário.

Apesar da pequena melhora no déficit primário, o número só será atingido se forem aprovadas as propostas do governo que elevam a arrecadação e reduzem as despesas em 2018, como a ampliação da alíquota

previdenciária dos servidores públicos (MP 805/2017), o aumento do Imposto de Renda sobre fundos de investimentos fechados (MP 806/2017) e o fim da desoneração da folha de pagamento (PL 8.456/2017).

O relator-geral, deputado Cacá Leão (PP-BA), afirmou que o parecer aprovado, como o primeiro sob o regime de teto de gastos, poderá servir de exemplo aos próximos, principalmente pela dificuldade de encontrar recursos para atender todos.

— A minha margem de manobra foi praticamente nula.

Apesar das dificuldades, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Dário Berger (PMDB-SC), destacou a votação no prazo:

— Tivemos pela primeira vez a oportunidade de aprovar a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] no tempo hábil, para que ela pudesse servir de diretriz para a proposta orçamentária.

Aprovada na manhã de ontem pela CMO, a proposta prevê crescimento de 2,5% da economia em 2018, salário mínimo de R\$ 965 (o atual é de R\$ 937) e investimentos públicos de R\$ 112,9 bilhões. Os gastos com a Previdência Social somam R\$ 585 bilhões e o pagamento com juros da dívida pública, R\$ 316 bilhões.

Na reta final da votação, parlamentares reivindicaram mais recursos para áreas como pesquisa — a Embrapa recebeu mais R\$ 14 milhões — e assistência social — com mais R\$ 300 milhões para Centros de Referência da Assistência Social. A oposição também criticou isenções fiscais para grandes empresas, que somam mais de R\$ 200 bilhões.

O relator remanejou, em Plenário, recursos de emendas parlamentares e acatou destaque da bancada de Mato Grosso que prevê R\$ 5 milhões para projeto de infraestrutura.

— Fizemos investimento



Eunício (C) conduz votação junto ao presidente da CMO, Dário Berger (de pé)

de mais de R\$ 3 bilhões na educação, quase R\$ 2 bilhões a mais na saúde e praticamente dobramos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública — disse Leão.

A proposta reservou R\$ 1,7 bilhão para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

O texto prevê ainda a aplica-

ção de R\$ 89 bilhões na manutenção e no desenvolvimento da educação, um aporte adicional de R\$ 3,1 bilhões em relação ao texto do governo. No caso da complementação da União ao Fundeb, que direciona recursos para a educação básica, Leão incluiu R\$ 1,5 bilhão acima da proposta original. O aporte só foi possível porque os recursos do fundo não estão incluídos no teto de gastos.

— É a primeira vez que o Fundeb, criado em 2007, teve mais recursos do que o mínimo — disse a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Os recursos mínimos para aplicação em saúde pública somam R\$ 119,3 bilhões. Leão também destinou mais recursos para segurança pública — o orçamento do Ministério da Justiça subiu R\$ 512,5 milhões — e para o Programa de Aquisição de Alimentos, que terá R\$ 375,9 milhões.

Com a Agência Câmara

Mantido veto parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias, com 304 rejeições

Na mesma sessão do Congresso, senadores e deputados concluíram também a análise dos 304 dispositivos rejeitados pelo presidente Michel Temer em agosto, mantendo o veto parcial à LDO para 2018.

Quase todos os vetos já haviam sido confirmados, restando apenas um dispositivo, destacado pela bancada do PSOL, que obrigava o Ministério da Fazenda e o Banco Central a realizarem

auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil. A oposição defendeu a derrubada do veto.

— Prevista em 1988, na Constituição, a auditoria da dívida pública nunca foi feita. Hoje está em R\$ 3,4 trilhões, somando as dívidas externa e interna — afirmou o deputado Ivan Valente (PSOL-SP).

A base do governo manteve o veto, por 121 votos a favor e 160 contra, na representação

da Câmara. A matéria não chegou a ser votada pelos senadores.

Temer também vetou dispositivo que incluía no rol de prioridades do governo o Plano Nacional de Educação (PNE) e parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ordena as grandes obras de infraestrutura do país. Ainda foram excluídas da lista de prioridades as ações dos programas Brasil sem Miséria e de Promoção

da Igualdade e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e as ações relacionadas à implantação do Acordo de Paris sobre o Clima.

Entre os trechos vetados, está a regra que assegurava preferência para concluir obras inacabadas com percentual de execução física superior a 50% e o dispositivo que obrigava o Executivo a adotar providências para reduzir incentivos tributários e financeiros.

Ministérios e órgãos federais ganham recursos

O Congresso aprovou ainda diversos projetos que abrem crédito extra para ministérios e órgãos do governo. O de maior valor destina R\$ 4,5 bilhões para o reforço dos orçamentos dos Ministérios do Trabalho, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, além de vários órgãos federais (PLN 34/2017).

Outro projeto aprovado libera R\$ 1,3 bilhão aos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa (PLN 35/2017). A maior parte, cerca de R\$ 330 milhões, se destina à Justiça. Entre outras ações, a verba custeará a construção de penitenciárias federais em Itajaí (SC), Iranduba (AM), Charqueadas (RS), Montes Claros (MG) e Santa Leopoldina (ES).

O PLN 30/2017 destina cerca de R\$ 666 milhões ao Ministério de Minas e Energia e outras pastas e empresas estatais. O projeto estipula que, desse valor, R\$ 483 milhões vão para o Programa Luz para Todos.

O PLN 25/2017 abre crédito suplementar de R\$ 83,1 milhões para a Presidência da República e seis ministérios — entre eles, o do Desenvolvimento Social e Agrário, que receberá R\$ 29,8 milhões. Os recursos serão usados, entre outros fins, na renegociação de contratos de aluguel de mão de obra e envio de correspondências a beneficiários do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais.

Outro projeto abre crédito suplementar de R\$ 10,5 milhões à

Justiça Federal e ao Ministério da Saúde (PLN 32/2017). A pasta usará a verba na manutenção de unidades de saúde em Mato Grosso do Sul. Já o PLN 26/2017 libera R\$ 348 milhões para o Poder Judiciário e o Ministério Público da União pagarem pela aquisição, construção e ampliação de edifícios.

Também foi aprovado projeto que abre crédito especial de R\$ 59 milhões aos Ministérios da Educação, do Planejamento e das Cidades, entre outros (PLN 24/2017). A pasta das Cidades vai receber R\$ 10 milhões para urbanização e regularização fundiária em assentamentos da Região Sul.

Veja todos os projetos aprovados: <http://bit.ly/projetos14dez>

Parlamentares mantêm três vetos e derrubam outros dois

Dois vetos do presidente Michel Temer a projetos aprovados pelo Legislativo foram rejeitados ontem pelo Congresso. Outros três vetos foram mantidos.

Foi derrubado o veto imposto ao PLC 110/2017, que muda regras eleitorais. Com isso, foi restaurado o limite de doação para campanhas, e mesmo o próprio candidato só pode doar no máximo 10% de seus rendimentos como pessoa física. Os parlamentares também rejeitaram o veto à Lei 13.479/2017. O trecho que havia sido vetado e agora volta a valer livra as Santas Casas de Misericórdia e outras instituições filantró-

picas devedoras de impostos à União de apresentar certidão negativa de débitos para terem acesso a recursos, se o dinheiro for destinado ao pagamento das dívidas.

Um dos vetos mantidos foi o que impediu a concessão de porte de arma de fogo em serviço a agentes de trânsito. A permissão fora concedida pelo PLC 15/2015. Também foram mantidos o veto parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (veja acima) e o que impediu a adesão por micros e pequenas empresas optantes do Simples Nacional ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), criado pela MP 783/2017.

Laboratórios pressionam ministério, diz Barros

Ministro da Saúde disse ontem em audiência que laboratórios provocam desabastecimento de remédios para vender mais caro. Prática prejudica pacientes de doenças raras

O MINISTÉRIO DA Saúde tem negociado de forma dura para diminuir o preço na compra de remédios. Uma das consequências tem sido um desabastecimento, forçado pelos laboratórios, de remédios para doenças raras, cujas margens de lucro são exorbitantes. As declarações são do ministro da Saúde, Ricardo Barros, que participou ontem de audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

— A cada compra, compramos mais barato. Montamos uma operação de guerra pra cima da indústria farmacêutica, nossa lógica é essa para podermos atender mais brasileiros. Alguns laboratórios têm optado por provocar um desabastecimento para nos pressionar — disse o ministro.

A sala da comissão esteve lotada de pacientes com doenças raras, que relataram aos senadores que têm sofrido com a falta de remédios, muitas vezes por períodos curtos, mas que podem fazer diferença entre a vida ou a morte para muitos. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), por exemplo, contou casos de pacientes que faleceram por falta do tratamento adequado.



Barros (C) mostra ações do ministério para atender pacientes com doenças raras, em debate presidido por Marta

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Elmano Férrer (PMDB-PI) cobraram uma gestão mais eficiente do ministério. Eles destacaram que vários remédios ainda não possuem registro da Anvisa, mas, também nesse caso, Barros apontou a responsabilidade dos laboratórios.

— Também aí é comum eles não pedirem a incorporação desses medicamentos ao SUS, pois, através da judicialização, eles vendem muito mais caro. Cada doença rara tem poucos pacientes no mundo e, quando

o Brasil precifica, o preço cai a nível mundial. Pela lei, nós também só podemos comprar medicamentos incorporados, ou por meio da judicialização — disse Ricardo Barros.

No Brasil, as doenças raras afetam cerca de 13 milhões de pessoas, segundo o IBGE.

Burocracia

Em virtude do desabastecimento, Barros informou que a Anvisa adotou recentemente um rito especial no registro de medicamentos para doenças raras. Além de cumprir as de-

mandas de legalização, busca também atender a necessidade de milhares de pacientes com liminares, prevendo prescrições de drogas ainda não submetidas a testes no Brasil.

O ministro afirmou que pessoalmente é contra a diretriz da Advocacia-Geral da União (AGU), que, em último caso, é quem determina que a aquisição de remédios específicos seja feita por demanda, e não por estimativa.

Segundo ele, o ministério tem buscado contornar essa

restrição burocrática à formação de estoques. Ele sugeriu que iniciativas legislativas modifiquem esse mecanismo de compra.

Prevenção

Ricardo Barros anunciou também que o SUS passou a fazer exame pré-nupcial preventivo para casais que queiram ter filhos, já que 80% das doenças raras são de origem genética. A medida foi comemorada pelo senador Dalírio Beber (PSDB-SC), que sugeriu uma campanha nacional sobre os testes genéticos no pré-natal, sem necessidade de anterior indicação médica.

— Essa proposta é de extrema importância. Exame pode significar qualidade de vida futura. É, com certeza, uma grande ação do ministério para diminuirmos o contingente de pessoas acometidas de doenças raras e o sofrimento que causa às suas famílias e a toda sociedade — disse Dalírio.

O ministro informou também que o teste do pezinho foi ampliado para 56 diagnósticos.

O debate foi promovido pela CAS por sugestão da Subcomissão Especial de Doenças Raras, que é presidida por Moka.

Projeto que proíbe cobrar caução para urgência médica segue para a Câmara

A exigência de garantia para realização de procedimentos médicos e hospitalares em situações de urgência e emergência pode se caracterizar como prática abusiva no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Projeto com essa determinação foi aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O projeto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

De autoria de Ciro Nogueira (PP-PI), o PLS 460/2011 prevê como abusiva a prática de exigir caução, nota promissória ou qualquer outro título de crédito, garantia ou depósito antes da prestação de serviço em atendimentos de urgência e emergência.

A prática é considerada crime pelo Código Penal. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), afirmou, contudo, que a norma penal só protege pacientes ligados a planos de saúde, não os que pagam os serviços médicos diretamente com seus próprios recursos.

O projeto já havia recebido relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pela prejudicialidade em 2012, quando a conduta foi inserida no Código Penal. No entanto, o novo relator argumentou que o projeto traz norma de natureza civil e não penal.

— É inegável que se trata de medida que aumentará enormemente a proteção dos consumidores em situação de vulnerabilidade — afirmou o senador Flexa Ribeiro.

Avança proposta para dar mais segurança ao intercâmbio estudantil

Mais segurança para estudantes ou trabalhadores que fazem intercâmbio em outros países. É o que propõe projeto aprovado ontem pela Comissão de Transparência (CTFC). O PLS 544/2011 ainda terá outra votação no colegiado.

A intenção da autora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é dar mais garantias ao consumidor, tornando obrigatório que as informações sobre remuneração, carga horária, natureza da atividade, cargo, atribuições, moradia e demais dados estejam explícitas e em língua portuguesa no contrato de trabalho ou estudo.

— Estudantes vêm sendo ludibriados com propostas falsas sobre intercâmbio de estudo e trabalho e acabam em condições sub-humanas de moradia

e trabalho no exterior — explicou a senadora.

Os contratos deverão conter ainda a localização e a descrição da habitação, o preço e a quantidade máxima de pessoas que dividirão o quarto. Se for um intercâmbio para trabalhar, o contrato deve explicitar a duração, remuneração, carga horária e atribuições do intercambista.

O relator da proposta, Davi Alcolumbre (DEM-AP), acatou a matéria da forma como aprovada nas comissões anteriores — um substitutivo que altera a Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008), em vez de criar um novo dispositivo legal. Ele modificou a proposta para deixar claro que a norma também alcança o intercâmbio cultural.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avança mudança no Minha Casa, Minha Vida

Projeto de Lindbergh que busca aperfeiçoar o programa habitacional foi aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e segue para mais três colegiados

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem proposta que aperfeiçoa vários pontos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O projeto (PLS 465/2016), de Lindbergh Farias (PT-RJ), agiliza a regularização dos empreendimentos e melhora as condições para permanência dos beneficiários nos imóveis. O texto precisa ser analisado ainda pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Entre as medidas previstas no texto, está a determinação para que a distribuição dos recursos do programa seja proporcional ao déficit habitacional de cada região, cal-



Regina Sousa apresenta relatório favorável, em reunião conduzida por Fátima Bezerra, ao lado de Valdir Raupp

culado pelo IBGE. Para evitar desvios na implementação do programa, será exigido que o órgão público que seleciona os beneficiários acompanhe o empreendimento, informando

o agente financeiro em caso de irregularidades.

O projeto possibilita a aplicação de recursos do Minha Casa, Minha Vida para a estruturação de comércio local. Também

passa a ser possível o financiamento de equipamentos públicos de educação, saúde e outros complementares à habitação, condicionado à existência de compromisso prévio

da administração pública estadual, municipal ou distrital em assumir a operação.

O programa poderá admitir empreendimentos de construção mista, com unidades residenciais e comerciais, segundo critérios a serem estabelecidos em lei. As normas do Regime Especial de Tributação (RET) seriam alteradas para estabelecer a cobrança de 4% sobre as receitas da construção em relação aos imóveis comerciais das construções mistas.

A relatora na CDR, Regina Sousa (PT-PI), disse que a urgência na concepção do Minha Casa, Minha Vida, em 2009, acabou resultando em um texto com imperfeições, que exigiu legislação posterior para corrigir as falhas identificadas.

Aprovado texto sobre verba para regularizar favelas e invasões

Favelas e áreas de invasão poderão ter ao menos 2% dos recursos empregados anualmente no Programa Nacional de Habitação Urbana — subprograma do Minha Casa, Minha Vida para grandes cidades.

Foi aprovado ontem na Co-

missão de Desenvolvimento Regional o PLC 64/2016, que destina recursos do programa à regularização fundiária de assentamentos urbanos. O projeto vai para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O texto, da deputada Soraya

Santos (PMDB-RJ), recebeu parecer favorável da senadora Regina Sousa (PT-PI). Regina explicou que a Lei 13.465, deste ano, já agilizou procedimentos de regularização de assentamentos informais próximos de escolas, creches e postos de

saúde, dos quais a população carente não quer ser removida.

— Não basta, no entanto, assegurar títulos de propriedade para os moradores. É preciso promover a urbanização desses assentamentos, dotando-os de saneamento, energia elétrica,

iluminação e pavimentação — explicou a senadora.

O texto destina ainda 2% dos recursos anuais do Programa Nacional de Habitação Urbana à linha do Minha Casa, Minha Vida nos municípios com menos de 50 mil habitantes.

Três cidades de Rondônia podem virar área de livre comércio

Os municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e Cabixi, no estado de Rondônia, poderão ser considerados áreas de livre comércio de importação e exportação. É o que estabelece projeto (PLS 351/2017) aprovado ontem na

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De Acir Gurgacz (PDT-RO), a proposta cria para esses três municípios áreas de comércio sob regime fiscal especial. O objetivo é promover o desenvolvimento de suas regiões de

influência e incrementar as relações com a Bolívia.

O texto fixa regras para que mercadorias estrangeiras que entrem nessas áreas fiquem livres dos Impostos sobre Importação e sobre Produtos Industrializados (IPI).

O relator na comissão, Valdir Raupp (PMDB-RO), elogiou a iniciativa e apresentou voto favorável. Para Raupp, o regime aduaneiro diferenciado proposto para as áreas de livre comércio pode criar condições atraentes para novos investi-

mentos comerciais e, assim, estimular as empresas a aproveitarem as matérias-primas locais para industrialização.

A proposta vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde vai tramitar em decisão terminativa.



Leite, relator da MP, é ouvido na comissão presidida pelo senador Bezerra

Apresentado relatório sobre MP que muda microcrédito

O deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) apresentou ontem relatório pela aprovação da MP 802/2017, que atualiza o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Após a leitura, foi concedida vista coletiva para que deputados e senadores analisem o documento. Os parlamentares ainda não definiram a data para votação do relatório.

O programa, instituído em 2005, durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula, tem o objetivo de incentivar

a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares.

A medida aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil o limite de renda ou receita bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas. O texto acrescenta novos recursos, como os Fundos Constitucionais de Financiamentos do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE). Antes da MP, as fontes eram apenas o Fundo de Amparo ao Trabalhador e 2% dos depósitos a vista no Banco Central.

Comissão vota prazo para investir em rodovias

A comissão mista da Medida Provisória que alonga o prazo para investimentos das concessionárias em rodovias federais deve votar hoje o relatório do deputado José Rocha (PR-BA), na forma do projeto de lei de conversão.

Sete das 34 emendas apresentadas à MP 800/2017 foram acolhidas ontem e ainda foi concedida vista da matéria, a pedido do deputado Claudio Cajado (DEM-BA). A vigência da medida termina em 26 de fevereiro.

Entre as emendas aceitas, estão as do deputado Hugo Leal (PSB-RJ) e do senador José Medeiros (Pode-MT) que atribuem expressa responsabilidade às concessionárias de rodovias federais pelo implemento de medidas de segurança pública nos trechos concedidos, conforme diretrizes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em especial quanto à desativação, construção, reforma, manutenção

e custeio dos prédios da PRF.

As emendas ainda definem que as concessionárias também serão responsáveis pela aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de videomonitoramento das rodovias federais, pela execução de ações de publicidade e educação de trânsito, em conjunto com a PRF, e por contribuir anualmente para o reaparelhamento da PRF, para suprir demandas por equipamentos de fiscalização e de proteção individual, informações de passagem de veículos e imagens, e correção

de problemas de engenharia que estejam colocando em risco a segurança do trânsito, ouvida a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Outra emenda, do deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES), estabelece que a cobrança pelo pedágio será imediatamente suspensa, sob pena de rescisão contratual, quando constatado o descumprimento de qualquer investimento previsto no cronograma assumido pela concessionária, independentemente de quem tenha lhe dado causa.



Na reunião, senador Cidinho Santos, presidente da comissão, e José Rocha

Cadastro pode evitar ligação de telemarketing

Pelo texto aprovado na Comissão de Transparência, consumidor que não quiser receber esse tipo de chamada deverá se inscrever em sistema disponibilizado por órgãos públicos

LIGAÇÕES INSISTENTES DE telemarketing estão entre os fatos que mais irritam a população e geram inúmeras reclamações a órgãos de defesa do consumidor. Empresas podem ficar proibidas de ligar, caso se torne lei o PLS 420/2017, aprovado em decisão final ontem pela Comissão de Transparência (CTFC).

Conforme o texto aprovado, órgãos públicos de defesa do consumidor deverão disponibilizar um sistema pelo qual o consumidor que não deseja mais receber chamadas de telemarketing pode se inscrever no cadastro. Para isso, basta que procure o serviço e liste

os números de telefone, fixo ou celular, de sua titularidade. Em alguns estados como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, onde há lei estadual prevendo esse direito ao consumidor, já existem serviços semelhantes.

Alteração

A proposta foi apresentada por Lasier Martins (PSD-RS), mas a redação aprovada é do relator, Cidinho Santos (PR-MT). Lasier propunha um cadastro positivo, sugerindo que fosse permitido às empresas ligar somente para consumidores que tivessem o número de telefone cadastrado em uma lista na qual ficaria claro

que ele aceita receber ligações de telemarketing.

O relator também fez outras mudanças no texto. Uma delas é a previsão de que a inclusão do telefone no cadastro ocorra

sem custos para o consumidor. Também definiu que os órgãos públicos de defesa do consumidor implantarão o cadastro telefônico de proibição de oferta no prazo de 90 dias a

partir da vigência da lei.

Lasier afirmou que a ideia é prevenir contra as inúmeras ligações de telemarketing para residências, muitas das quais nem sequer se completam quando atendidas.

Além disso, de acordo com o autor, mesmo para as ligações que se completam, é uma invasão da privacidade e um aborrecimento para as pessoas atender empresas que querem oferecer produtos nos quais o consumidor não está interessado.

Caso não haja recurso para votação em Plenário, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.



Comissão de Transparência, que aprovou o texto, é presidida por Sandoval

Operadoras de cartão deverão destacar taxa de juros na fatura

As taxas de juros mensais e anuais cobradas pelas operadoras de cartão de crédito deverão passar a ser exibidas com maior destaque nas faturas. A exigência está em projeto de lei de Ciro Nogueira (PP-PI), aprovado em votação final na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O PLS 422/2015 agora será enviado à Câmara dos Deputados se não houver recurso para ir ao Plenário.

De acordo com o projeto, relatado por Cidinho Santos (PR-MT), a informação deverá vir ao lado do campo

onde está impresso o valor mínimo para pagamento da fatura. Ciro observou que a falta de clareza e destaque dessas taxas leva muitos consumidores a pensar que o pagamento mínimo está livre de juros.

“Quando o consumidor paga o mínimo da fatura do cartão de crédito está aderindo a modalidade de financiamento que cobra uma das mais altas taxas de juros praticadas no Brasil. Tais informações muitas vezes não ficam claras aos consumidores, especialmente os que possuem menor nível de educação financeira”, diz ele.

Proposta cria regra para inclusão de devedor em cadastro negativo

Tornar as relações de consumo eletrônicas mais seguras é o objetivo do PLS 243/2014, que foi aprovado ontem pela Comissão de Transparência (CTFC) e, se não houver recurso para votação no Plenário, irá para a Câmara.

A proposta, de Waldemir Moka (PMDB-MS), impede que o comerciante inscreva o consumidor em cadastros de devedores, salvo se comprovar a existência de contrato, a entrega do bem ou a prestação do serviço, e a tentativa de cobrança da dívida.

A proposta deixa claro que declarações unilaterais do vendedor não serão prova de

realização de contrato, necessitando assinatura eletrônica.

O projeto recebeu voto favorável do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PR), que lembra que o crescimento do comércio eletrônico aumentou o risco de fraudes contra os consumidores.

Moka argumenta que o consumidor fraudado acaba recorrendo ao Judiciário buscando recuperar o crédito e obter a reparação de danos:

“Essa insegurança com as fraudes no mundo virtual acaba dificultando a expansão do comércio eletrônico, trazendo prejuízos às próprias empresas”.

Beneficiário da Tarifa Social de Energia pode ter desconto maior

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem projeto de lei que modifica as faixas de consumo e os percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). A proposta (PLS 260/2017) recebeu parecer favorável de Davi Alcolumbre (DEM-AP) e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A TSEE é um programa que dá descontos na conta de luz para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) ou com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O projeto prevê desconto de 70% para quem consome até 50 kilowatts-hora (KWh) por mês. Entre 51 e 150 kWh, o desconto será de 50%. Se o consumo ficar entre 151 e 250 kWh, cai para 20%. Não haverá desconto para quem consumir acima de 250 kWh por mês.

A lei atual prevê descontos menores: 65% até 30KWh, 40% entre 31 e 100 kWh e 10% entre 101 e 220 kWh. Acima de 220 kWh, não há desconto.

Autor da proposta, Roberto Rocha (PSDB-MA) ressaltou que as tarifas de energia representam parcela significativa das despesas das famílias brasileiras, especialmente as mais carentes. — Essa mudança privilegia especialmente os estados mais pobres, que contam com maior número de consumidores enquadrados na categoria — avaliou.

Avança permissão de segurança privada em eventos esportivos

A segurança em locais de eventos esportivos, hoje a cargo apenas da polícia militar, pode passar a envolver também a segurança privada. É o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Transparência (CTFC). O PLS 457/2016 segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Proposto pela CPI do Futebol, o projeto não exclui os agentes públicos de segurança da atuação dentro dos estádios, mas

permite a articulação com o setor privado.

Pela proposta, o contingente de policiais militares deverá ser suficiente para, se necessário, conduzir infratores aos juizados do torcedor.

O relator, Cidinho Santos (PR-MT), apresentou duas emendas. Ambas estendem a responsabilidade civil, administrativa e penal por incidentes dentro de espaços esportivos para as entidades que organi-

zam as competições. O relatório final da CPI do Futebol, encerrada em 2016, constatou que o poder público não vinha sendo capaz de garantir a segurança dos torcedores nos estádios.

Segundo o Estatuto do Torcedor, o clube detentor do mando de jogo e os dirigentes respondem pela segurança do público em estádios. Cabe aos dirigentes solicitar a presença de agentes públicos de segurança para atuar dentro e fora dos

locais de eventos esportivos.

Sem eliminar a previsão, o projeto da CPI acrescenta novo dispositivo ao estatuto para definir, para os dirigentes, a obrigação adicional de disponibilizar também agentes de segurança privados. Nesse caso, a obrigação será responder apenas pela segurança dos torcedores dentro dos estádios e demais locais de eventos esportivos, mas não em áreas externas.

Vai a segundo turno prazo para reembolso de passagem aérea

Um projeto que dá prazo de sete dias para as empresas aéreas reembolsarem os passageiros por bilhetes não utilizados avançou ontem no Senado. A proposta (PLS 313/2013) foi aprovada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e agora terá de passar por turno suplementar de votação no mesmo colegiado antes de ir

para a Câmara dos Deputados. Segundo o projeto, o consumidor deverá receber o valor pago pela passagem corrigido monetariamente. A empresa que descumprir a lei será punida com multa de 100% sobre o valor devido ao passageiro.

Para o autor, o senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta foi inspirada em debates realizados pelo Sindicato das Empresas

de Turismo do Estado de São Paulo que consideraram ruim o desempenho da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na proteção do viajante.

O texto aprovado é uma subemenda apresentada pelo relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE). O parecer da CTFC seguiu o substitutivo já aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI), que foi elaborado pelo senador Flexa

Ribeiro (PSDB-PA).

A versão aprovada é bastante diferente da original, que reconhecia outros direitos do usuário. Armando disse que eles já estão previstos no ordenamento jurídico e citou como exemplos o direito à informação sobre tarifas aeroportuárias, restrições impostas ao bilhete e indenização por cancelamento de voo ou extravio de mala.